



## **Relatório da XII Conferência Estadual de Assistência Social da Bahia.**

Nos dias 12 e 13 de novembro de 2019 no Hotel Fiesta, localizado no Itaigara em Salvador/Bahia, estiveram reunidos/as representantes da Sociedade Civil e do Poder Público dos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia, sendo 591 (quinhentos e noventa e um) participantes credenciados, destes 215 (duzentos e quinze) convidados/as, 178 (cento e setenta e oito) delegados/as governamentais, 198 (cento e noventa e oito) delegados/as da sociedade civil; 85 (oitenta e cinco) usuários/as, 54 (cinquenta e quatro) entidades e 59 (cinquenta e nove) trabalhadores/as, para juntos construir a XII Conferência Estadual de Assistência Social, que teve como tema: ***“Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social”***.

A programação inicial se deu através do Credenciamento, Acolhimento, Abertura pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e Apresentação do Panorama das Conferências Municipais realizadas.

A mesa de abertura da XII conferência foi composta por representantes do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS são elas: Simmy Larrat Brito de Carvalho, representando a Associação de Travestis e Transgêneros em Ação da Bahia – ATRAÇÃO; Thaís Maria Machado Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia - CRP 3ª Região Bahia e Marília Silva Machado, representando a Associação Brasileira de Psicologia na Assistência Social – ABRAPAS. No momento da abertura as componentes da mesa, deram as boas vindas, cumprimentando cada participante, delegadas/os e convidadas/os, além de Simmy registrar que ela é a primeira travesti Conselheira Estadual de Assistência Social, e a compor a mesa de abertura da conferência.

A apresentação do panorama das 353 conferências municipais foi realizada por Maurício Bodnachuk, representando a Superintendência de Assistência Social – SAS da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS e Marília Machado, representando a Sociedade Civil do CEAS. Foi observada durante as conferências a recorrência de propostas que não compõe a política de assistência como ponto negativo, já nas potencialidades foi pontuado a participação ativa de usuários e trabalhadores LGBT, além da efetiva participação da sociedade civil nas discussões.

Logo após apresentação do panorama, foi composta nova mesa por: Aline Araújo Silva, Superintendente em exercício da SAS/SJDHDS, Jucileide Nascimento, conselheira suplente do CEAS, representando o segmento de trabalhadores/as e Thaís Machado, conselheira titular do CEAS, representando o segmento de trabalhadores/as, para realização da leitura e aprovação do regimento interno, bem como o debate sobre os destaques apresentados pela plenária. A delegada Jucileide Nascimento, apresentou destaque no art. 4, sobre o horário de encerramento do credenciamento no dia 11/11/19, alterando de 17h para 20h, o delegado Carlos Lacerda, apresentou destaque no art. 5, alterando a redação sobre a perda do crachá, sugerindo a seguinte redação: Em caso de perda do crachá, o mesmo poderá ser substituído, além de propor que na próxima conferência seja garantido o material em braile para pessoa com deficiência, a delegada Aline Araújo, apresentou destaque no art. 6, acrescentar no inciso III, Leitura e aprovação do regimento interno, seguindo o inciso IV, palestra..., conforme o regimento, a delegada Ângela Persico, apresentou destaque no art. 6, inciso VI, sobre a representação do Governo e Sociedade Civil na eleição dos/as representantes para Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, esclarecido pela mesa, que está contemplado no art. 24 do regimento. Suas alterações foram aprovadas pela plenária e concluídas às 10h55min, sendo aprovado por unanimidade.

Foi submetido à plenária alteração na programação para adiantar e ampliar o tempo das plenárias livre, aprovado pela plenária alteração. As plenárias foram finalizadas às 12h, liberado o almoço das 12 às 13h.

As atividades retornaram às 13h e 30min, com a palestra sobre o tema da conferência e o cenário social da Bahia.

Logo após, a Superintendente da SAS, Leísa Sousa, que é conselheira no CEAS e no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS apresentou o cenário social da assistência na Bahia, segue trechos da sua fala: *O Cad. Único e bolsa família na Bahia. Existe hoje 4.979.888 pessoas beneficiárias do bolsa família, o que representa cerca de 33,4% da população baiana, o valor circulado em 3 bilhões ao ano, dados do BPC: 450.764 pessoas recebem 1 salário mínimo ao mês, a rede SUAS da Bahia: 2.405 unidades, CRAS 624 unidades ativas, CREAS 231 unidades, 127.218 famílias em acompanhamento, CREAS atende em média de 133 casos por ano no Programa de erradicação de trabalho infantil.*

*Obs. 246 casos de trabalho infantil foram detectados no Carnaval no ano de 2019, em Salvador.*

*Casa abrigo da mulher: 80 mulheres atendidas entre 2017 e 2018 e 70 pessoas até outubro 2019, 50% de trabalhadoras/as do SUAS, desenvolvem suas atividades em estrutura precarizadas.*

*Avanços: Ampliação de orçamento para cofinanciamento, implantação das unidades regionais para acolhimento das mulheres e implantação da central estadual, Diálogos com os beneficiários dos usuários dos SUA, Municípios recebem o benefício em situação de emergência mesmo estando inadimplentes, CapacitaSUAS: 4.869 vagas ofertadas em 2019.*

*Desafios:*

*O cofinanciamento Estadual;*

*O monitoramento in loco;*

*Recursos humanos;*

*Coфинanciamento Federal em atraso;*

*Concurso público na Assistência Social;*

*Fragilidade na Legislação do SUAS;*

*Ameaças à participação social e ao exercício do controle social.*

Simmy Larrat, falou do cenário atual da Assistência Social como direito de todos os cidadãos. Falou sobre as necessidades de melhores políticas sociais e sobre o desmonte que o país encontra, sobre ameaça dos direitos da população.

A Professora Maria Luiza Rizotti, falou sobre a importância da Bahia realizar a conferência de Assistência, de usar esse espaço para energizar os direitos sociais, buscar, lutar e implantar. Foram abordados temas como: *Assistência Social: Direito do povo com financiamento público e participação social, exclamou que o direito deve ser reconhecido como Justiça, pois o estado existe para proteger aqueles que realmente precisam, os dados informativos da conferência vêm como amostra de quais direitos estão chegando às vidas das pessoas e quais ainda precisam chegar, consciência de luta e de resistência política dos sujeitos dos SUAS, politizar o debate, entender que os SUAS funciona de forma diferente em cada governo, financiamento do Sistema Único de Assistência Social, despesas Federais para 2019 - O orçamento Nacional que não gera nem distribui riquezas, risco de reforma da previdência – Pobreza extrema e falta de recursos nos programas, às participações sociais dos movimentos precisam pressionar o Estado sobre os direitos sociais, necessidade de debater direitos nos CRAS com os usuários.*

Aberto ao debate foi inscritas mais de 20 (vinte) pessoas, a Profa. Luiza Rizotti respondeu aos questionamentos da plenária e logo em seguida precisou sair às 15h e 30min, pois tinha um voo. Leísa e Simmy permaneceram respondendo as questões levantadas pela plenária.

Em seguida tivemos a apresentação cultural, do coletivo “Froceta”, composto por mulheres negras, que traz a reflexão sobre o dia a dia dessas mulheres na sociedade atual, feminismo e o empoderamento das mulheres.

Após o intervalo para o lanche. Seguimos para segunda parte da programação tivemos o relançamento da frente baiana em defesa do SUAS. A mesa foi composta pelas seguintes representações:

Fórum Estadual de Trabalhadores/as do SUAS–FETSUAS Bahia: Neila Soledade e Adriana Nascimento;

Fórum Municipal de Trabalhadores/as do SUAS de Salvador: Laíse Neres;

Fórum de Trabalhadores/as do SUAS de Lauro de Freitas: Eliane Azevedo;

Fórum de Trabalhadores/as do SUAS de Vitória da Conquista: Monaliza Cirino;

Fóruns Regionais de Trabalhadores/as do SUAS:

Oeste: Benice Pereira;

Sisal: Vanessa Pita;

Representando o Coegemas Bahia: Vinicius Sampaio;

A vice-presidente do CEAS-Bahia: Glória Pimentel;

Fórum Estadual dos Usuários do SUAS: Pedro Reis;

Movimento Nacional da População em situação de rua: Laércio Pereira;

Leitura da carta FNTSUAS e informações das ações realizadas na VII Plenária, realizada de 04 a 06 de outubro de 2019 em Porto Alegre/RS bem como reflexões acerca da importância dos trabalhadores/as do SUAS, fortalecimento das ações, construção de novos caminhos, reafirmação do apoio ao SUAS e reforço de ações estratégicas entre usuários/as e gestores/as.

Leitura do Manifesto da Frente Baiana em Defesa do SUAS e da Seguridade Social.

Encerramento com a proposta de buscar garantia orgânica de usuários e sociedade civil na conferência Nacional Democrática.

Passamos para Abertura Solene da conferência, que foi realizada pela Vice-presidente do CEAS, a Sra. Gloria Pimentel, concluindo as falas da mesa de autoridades e representatividade. Contamos com a presença do Presidente do CEAS e Secretário da Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, o Sr. Carlos Martins, que na oportunidade também representou o Governador Rui Costa. Destacamos a pluralidade de representantes presentes na mesa de abertura, composta principalmente por mulheres, com representantes do Poder Público, Parlamentares e da Sociedade Civil, usuários e trabalhadores do SUAS.

Encerramos o primeiro dia da XII Conferência às 21h.

## **Segundo dia: 13/11/19, da XII Conferência Estadual de Assistência Social.**

Dando continuidade aos trabalhos, no dia 13/11 tivemos a divisão dos/as Delegados/as em três Grupos de Trabalho - GT, um para cada Eixo temático da XII Conferência. Cada GT foi coordenado um/a técnico/a convidado/a pela Comissão Organizadora, também foi composto por um/a coordenador/a e um/a facilitadora, além de um/a relator/a e um/a digitador/a da Equipe de Relatoria. Segue breve relato dos GTs por Eixos:

### **EIXO I: Direitos Socioassistenciais e Dever do Estado.**

Coordenadora: Marília Machado (CEAS).

Facilitadora: Marcia Helena Lopes (Mestra em Serviço Social, ex- Ministra de Desenvolvimento Social do Governo Federal).

O trabalho no grupo teve início às 9h e 15min pela Coordenadora Marília Machado e a Facilitadora Marcia Lopes que compôs a mesa.

Em seguida, com a palavra Marília Machado, solicitou que fossem feitas definições na condução do processo:

- Definição do tempo de fala de cada inscrito e da apresentação da facilitadora;
- Metodologia de trabalho.

A Sra. Barbara Trindade, delegada do município de Salvador, fez questão de ordem, apresentando a não pontualidade no início dos trabalhos pois estava marcado para começar as 9h, e a não pontualidade nas falas dos participantes da mesa, que se estenderam muito na mesa solene de abertura no dia anterior (12/11), prejudicando o espaço de fala por parte da plenária.

Marília apresentou a metodologia de trabalho destacando que ao final dos trabalhos o grupo terá que ter decidido sobre 04 (quatro) propostas para o Estado e 04 (quatro) para a União. Ficou acordado que cada participante que desejasse se manifestar, teria o tempo de fala de 02 (dois) minutos e mais 01(um) minuto extra para conclusão da fala quando necessário e que as perguntas seriam divididas em blocos. Determinou-se também que a explanação da facilitadora sobre a temática seria de 30 (trinta) minutos.

A facilitadora Marcia iniciou sua apresentação salientando a importância das conferências, bem como das questões ministeriais, suas unificações, interferência nas resoluções, às vezes, até desconhecidas pelo público trabalhador do SUAS. Entre outros pontos, como: desmonte das Políticas Públicas, redução de orçamento, redução nos benefícios

socioassistencias, fragilidade nos serviços ofertados. Salientou ainda, a problemática da escravização, presente até hoje na vida dos trabalhadores/as.

A palavra foi franqueada ao grupo e algumas pessoas se inscrevem para fazer perguntas e ponderações a respeito das colocações durante a apresentação.

O senhor Franklin, convidado pelo segmento de usuários, desabafa quanto a pouca disponibilidade de vagas para a participação dos usuários do SUAS nos espaços de debate, principalmente nas conferências.

A senhora Mônica, representante do segmento de usuários do município de Itanagra, faz uma intervenção sobre o conteúdo da cesta básica, ofertada mensalmente, pois, segundo ela não é suficiente para manter o sustento da sua família durante todo o mês.

Na retomada da palavra para mesa, Marília traz que há paridade entre os participantes do Governo e Sociedade Civil, conforme previsto no regimento interno.

As 11h e 20 min iniciaram análise das propostas, foram feitas considerações por Maurício Bodnachuk, sobre a construção e sistematização das propostas de cada eixo, seleção de propostas repetidas, a não leitura, conforme acordado na leitura do regimento para otimizar o tempo.

No período da tarde, os trabalhos foram retomados às 14h e 30min.

Foi identificada a ausência de interprete de libras na plenária, a mesa sugeriu interrupção da discussão e o plenário acatou, até que tivesse a presença do interprete de libras. As 14h e 30min foram retomadas as discussões após a chegada do interprete.

As 15h foi encerrada a votação e aprovada as propostas para o Estado e União.

## **EIXO II - Gestão e Financiamento Público.**

Coordenadora: Thais Machado (CEAS).

Facilitadora: Leísa Sousa (Superintendente da SAS/SJDHDS).

Apoio: Lucas Duarte (FEAS).

Início dos trabalhos feito por Thaís Machado do (CEAS/BA), com o apoio de Lucas e Gabriele Dultra da SAS, apresentou a coordenadora da mesa e logo em seguida foi passada a palavra a Leísa que conduzir os trabalhos. Foi apresentado a metodologia e o tempo que cada participante da plenária tinha para fazer suas intervenções, após a fala.

Foi apresentado como exemplo de equipamento da Política de Assistência o CRAS, que é a porta de entrada, ela sintetiza como os recursos financeiros do SUAS são utilizados

para manutenção dos equipamentos. Com ênfase na seguridade social e da origem do financiamento para o investimento da PNAS.

Sobre a Lei do SUAS, Leísa fala que o financiamento da PNAS é compartilhado entre os três entes federativos (União, Estado e Município).

O fortalecimento do financiamento é um eixo estruturante nesse processo, tais como repasse fundo a fundo, o controle democrático dos espaços, mecanismos de transferência no uso dos recursos e também a elaboração de movimento e de avaliação.

A Sra. Ângela Pérsico, delegada do município de Feira de Santana, faz um adendo à fala de Leísa e levanta a questão que foi suscitada numa capacitação que ela participou em Brasília/DF, onde os presentes foram informados que os municípios que tiverem saldo em conta, não poderão mais reprogramar de um ano para o outro. O que ela considerava uma situação muito grave e que colocava em risco a saúde financeira da Assistência Social nos Municípios frente ciclo do Planejamento e Orçamento.

A Sra. Margareth, delegada do município de Riacho de Santana, fala do não compromisso dos municípios com a Política de Assistência Social, o que inviabiliza muitas ações na gestão.

### **Gestão Orçamento e Financiamento.**

Leísa observou que o congelamento e contingenciamento dos recursos têm fragilizado o processo de gestão do orçamento, pois a política só pode se realizar na prática com os recursos que são imprescindíveis para o prosseguimento dos serviços.

Obs.: Ao decorrer da exposição e apresentação da representante do Estado da Bahia, Leisa Souza houve um problema técnico com o equipamento de som que perdurou por 18 minutos, essa questão não impossibilitou o prosseguimento da sua explanação, continuou sem som, até que o problema técnico foi resolvido.

O Sr. Marcelo Tourinho, delegado do município de Salvador, falou sobre a reunião do seguimento governamental ocorrida no dia 11/11/19 sobre as quatro propostas que foram deliberadas no grupo.

A Sra. Ângela Pérsico, delegada do município de Feira de Santana, falou sobre o não avanço do governo do Estado em não iniciar sobre o MROSC e os convênios das entidades, pois as entidades não tem muito embasamento para estarem na representação e ir para o embate como governo.

Leísa fala que o grupo poderá implementar, ou apresentar em sua totalidade as propostas oriundas das conferências municipais e propõe o encaminhamento das propostas para a plenária aprovar ou não.

Por contraste foi considerada que serão feitas pelos grupos uma avaliação das propostas a serem mais abrangente. Leísa faz uma fala muito acentuada onde explica que o povo tem que lutar pela continuidade da Política de Assistência Social/SUAS e não pelos direitos individuais.

Thaís Machado fez um encaminhamento de que a reunião dos seguimentos foi convocada de forma livre e espontânea e de que por conta do tumulto criado na fala de Ângela Pérsico que o grupo prossiga com a compilação das propostas retiradas torna-las em uma única proposta, esse é o encaminhamento da mesma.

Leísa pede desculpas, pois não é coordenadora do grupo para dá uma subseção do grupo dá uma ênfase maior às macros propostos.

Leísa faz a apresentação dos macros propostas com vistas a facilitar o entendimento do grupo e assim, facilitar a elaboração das propostas.

A Sra. Thaynã Tupinambá, delegada do município de Ilhéus, fala da miserável situação de fome, juntamente com o aumento da violência nas aldeias indígenas da sua região.

Após a compilação das propostas pelo grupo de trabalho foi submetida à plenária que votou por contraste e foram aprovadas por unanimidade.

### **Eixo III – Democracia e Participação Popular.**

Coordenadora: Leila Reis (CEAS).

Facilitadora: Jucileide Nascimento (CEAS).

Os trabalhos tiveram início às 08h e 50min com a presença da coordenadora Leila Reis, que apresentou e convidou para mesa à facilitadora Jucileide Nascimento.

A facilitadora iniciou sua fala às 09h e abordou temas relacionados ao eixo III: Pontos apresentados:

- Legitimidade do Marco legal normativo.
- Capilaridade dos CRAS no Brasil.
- Controle democrático e Participação social.
- Distribuição de municípios no Brasil.
- Análise de atuação do CMAS.



- O controle democrático e participativo na Bahia.
- Situação de mandatos CMAS.
- Trabalhadores: Gestão de recursos Humanos.
- Comparação entre o ID 2016 e o de 2017.
- Representação e representatividade: Paridade.
- Ações prioritárias.

Momento do debate sobre a temática apresentada pela mesa:

O Sr. José Vitor do município de Belos campos, falou sobre a importância sobre a participação ativa dos usuários e trabalhadores do SUAS.

A Sra. Eliene Oliveira do município de Presidente Tancredo Neves, trouxe que o trabalhador do SUAS na maioria das vezes se senti inibido em participar de cursos, capacitações e discussões por não ter vínculo efetivo com o município.

A Palestrante, Jucileide Ferreira ressaltou a importância do fortalecimento da Política de Assistência social e não ao retrocesso e assistencialismo.

As 10h e 30min iniciou o processo de votação das deliberações: votado pela maioria por 06 (seis) propostas para o Estado e 06 (seis) para a União. A votação aconteceu por macro e micro eixos. Concluído os trabalhos do grupo às 13h.

Encerramos a compilação dos dados e a entrega do produto final dos GTs às 14h.

As 15h e 07min, os/as delegados/as reuniram-se na Plenária Final para apreciação e eleição das prioridades entre as deliberações vindas dos GT por Eixo. Para cada Eixo foram eleitas 04 (quatro) deliberações prioritárias para o Estado e 04 (quatro) para a União.

A mesa da plenária final foi composta por Aline machado (SAS/SJDHDS), Thaís Machado (CEAS) e Jucileide Nascimento (CEAS).

O delegado Governamental Sr. Marcelo Tourinho do município de Salvador, fez questão de ordem, solicitando a mesa que seja encaminhada para votação a mudança na programação da plenária final, sendo a escolha dos/as representantes da Bahia na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social primeiro e depois a votação das propostas para o Estado e União.

A mesa acatou a proposta e submeteu a plenária para votação, que foi aprovada pela maioria dos delegados/as, tendo alguns votos contrários e 03 (três) abstenções. A eleição se deu por contraste da plenária.

Aline explicou como se dá o processo de escolha dos/as representantes para Conferência Nacional, sendo disponibilizadas ao todo 20 (vinte) vagas, 10 (dez) para representação Governamental e 10 para Sociedade Civil. Esclareceu ainda que as despesas com passagens e hospedagens para os/as delegados/as governamentais serão custeadas pelos municípios e que o CEAS irá custear apenas as despesas dos/as representantes da sociedade civil.

Feito os encaminhamentos Aline orienta que os delegados/as, serão divididos em 04 (quatro) grupos, sendo eles as seguintes representações: Governamental, Trabalhadores/as do SUAS, usuários/as e Entidades socioassistenciais.

Os grupos serão conduzidos pelas facilitadoras: Aline Araújo (SAS), no grupo de representantes do Poder Público, Thaís Machado (CEAS), no grupo de Trabalhadores/as do SUAS, Jucileide Nascimento (CEAS), no grupo de Entidades Socioassistenciais e Simmy Larrat e Leila Reis (CEAS), no grupo de usuários do SUAS.

Feita as orientações sobre a condução dos grupos os mesmos foram divididos no mesmo espaço do auditório onde estava acontecendo à plenária final e os delegados prosseguiram para escolha e eleição dos/as representantes que irão compor a delegação da Bahia na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social em Brasília/DF nos dias: 25 e 26 de novembro de 2019.

No grupo dos usuários/as houve debate entre representantes do movimento de população em situação de rua e outra delegada usuária do SUAS, sobre a legitimidade de representação.

Nos demais grupos não houveram intercorrências registradas pela relatoria na escolha dos representantes dos demais segmentos.

No seguimento governamental foram eleitos/as os/as seguintes representantes:

- Helen Borges, de Catu, território Litoral Norte e Agreste Baiano;
- Gracie Freitas, de Coração de Maria, território Portal do Sertão;
- Jeane dos Santos, de Ibirapitanga, território Baixo Sul;
- Rubenilson dos Santos, de Ilhéus, território Litoral Sul;
- Magna dos Santos, de Manoel Vitorino, território Médio Rio de Contas;
- Ravanildo Matos, de Piripá, território Sudoeste Baiano;
- Marcelo Tourinho, de Salvador, território Região Metropolitana;
- Emannelle Saad, de São Francisco do Conde, território Região Metropolitana;
- Ailton dos Santos, de Santo Antônio de Jesus, Território Recôncavo;

- Euler Santos, de Urandi, território Sertão Produtivo.

Nos seguimentos da sociedade civil foram eleitos/as os/as seguintes representantes de Entidades Socioassistenciais:

- Angela Pérsico, de Feira de Santana, território Portal do Sertão;
- Antônio Luiz de Sena, de Serrinha, território Sisal;
- Rosângela Fernandes, de Bonito, território Chapada Diamantina.

Trabalhadores/as do SUAS:

- Vanessa Sousa, de Quijingue, território Sisal;
- Itamar Carneiro, de Conceição do Coité, território Sisal;
- Darlan Almeida, de Belmonte, território Costa do Descobrimento.

Usuários/as do SUAS:

- Laercio Pereira, de Salvador, território Região Metropolitana;
- Tainã Tupinambá (Faustiraci Santos), de Ilhéus, território Litoral Sul;
- Clodoaldo Moreira, de Vitória da Conquista, território Sudoeste Baiano;
- Jamile Rodrigues, de São Felipe, território do Recôncavo.

As 17h10min foram apresentadas as listas com o nome dos/as representantes eleitos/as para Conferência Nacional.

As 17h20min, a plenária retornou com a apresentação dos eixos para proceder à votação das propostas finais.

Segue as deliberações votadas pela Plenária Final:

### **Eixo I – Propostas Aprovadas na Plenária Final**

#### **Propostas para o Estado:**

<b>ORDEM</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>VOTOS</b>
<b>1<sup>a</sup></b>	Garantir a realização de concurso público com previsão de cargos e salários para composição da equipe da SJDHDS/SAS	58 votos
<b>2<sup>a</sup></b>	Garantir os direitos conquistados e expressos na Legislação (Constituição Federal, LOAS, Leis do SUAS e etc), executando o Plano Decenal de Assistência Social.	55 votos e 04 abstenções
<b>3<sup>a</sup></b>	Garantir a ampliação dos serviços, programas, projetos e benefícios, possibilitando aos municípios a cobertura do público	51 votos e 08 abstenções

	assistido pela Rede Socioassistencial, com prioridade para todas as famílias do Cadastro Único.	
<b>4<sup>a</sup></b>	Assegurar a inclusão dos municípios em propostas de construção de novas unidades da Proteção Social Básica e Especial (como CRAS, CREAS, Média e Alta Complexidade, Centro de convivência e fortalecimentos de vínculos para criança, adolescente, pessoa idosa e grupo de mulheres) e melhorias/ampliações na estrutura dos serviços prestados em âmbito local e regional, considerando as demandas das populações e suas especificidades.	50 votos e 05 abstenções

**Propostas para a União:**

<b>ORDEM</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>VOTOS</b>
<b>1<sup>a</sup></b>	Garantir a ampliação dos serviços, programas, projetos e benefícios, possibilitando aos municípios a cobertura do público assistido pela Rede Socioassistencial, com prioridade para pessoas com deficiência e todas as famílias do Cadastro Único.	55 votos e 03 abstenções
<b>2<sup>a</sup></b>	Assegurar a inclusão dos municípios em propostas de construção de novas unidades da Proteção Social Básica e Especial (como CRAS, CREAS, Média e Alta Complexidade, Centro de convivência e fortalecimentos de vínculos para criança, adolescente, pessoa idosa e grupo de mulheres) e melhorias/ampliações na estrutura dos serviços prestados em âmbito local e regional, considerando as demandas das populações e suas especificidades.	45 votos e 07 abstenções
<b>3<sup>a</sup></b>	Manter o financiamento do BPC conforme a redação original no art. 203 § 5º da Constituição Federal, rejeitando a alteração da EC 95/2016, garantindo a avaliação biopsicossocial do BPC da pessoa com deficiência, conforme preconizado pela Lei 13.146/2015 – Lei brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência, e em conformidade com a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.	45 votos e 01 abstenção
<b>4<sup>a</sup></b>	Revisar a NOB-RH SUAS 2006, de acordo com a nova normatização do SUAS, estabelecendo ainda a possibilidade de ampliação do número de profissionais que compõem as equipes mínimas dos Serviços de Referência do SUAS, de acordo com a realidade local, que compõem as Unidades de Serviços com remuneração compatível, realização de concurso público, com criação de planos de cargo, carreira e salários, e executando Política de Educação Permanente.	38 votos e 12 abstenções.

## Eixo II – Propostas Aprovadas na Plenária Final

### Propostas para o Estado:

ORDEM	PROPOSTA	VOTOS
1 <sup>a</sup>	Ampliar e garantir a cobertura do cofinanciamento de todos os serviços socioassistenciais e benefícios eventuais com aumento de, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) dos valores dos pisos de proteção social sendo observada a obrigatoriedade da transferência regular e automática garantindo a prioridade dos públicos mais vulneráveis a exemplo dos povos tradicionais, LGBTQI+, população em situação de rua e catadores de material.	57 votos
2 <sup>a</sup>	Definir percentual mínimo obrigatório de 5% (cinco por cento) do orçamento do ente público para a política de assistência social, alocando os recursos financeiros no fundo específico da política de assistência social.	57 votos
3 <sup>a</sup>	Reformular as normativas que estabelecem a suspensão, bloqueio e compensação de débitos para que não haja a interrupção dos repasses dos recursos e na oferta dos serviços socioassistenciais aos usuários.	57 votos
4 <sup>a</sup>	Garantir no mínimo 1% (por cento) do orçamento previsto do FEAS para a política estadual de educação permanente.	57 votos

### Propostas para a União:

ORDEM	PROPOSTA	VOTOS
1 <sup>a</sup>	Ampliar e garantir a cobertura do cofinanciamento de todos os serviços socioassistenciais e benefícios eventuais com aumento de, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) dos valores dos pisos de proteção social sendo observada a obrigatoriedade da transferência regular e automática garantindo a prioridade dos públicos mais vulneráveis a exemplo dos povos tradicionais, LGBTQI+, população em situação de rua e catadores de material.	57 votos
2 <sup>a</sup>	Definir percentual mínimo obrigatório de 5% (cinco por cento) do orçamento do ente público para a política de assistência social, alocando os recursos financeiros no fundo específico da política de assistência social.	57 votos
3 <sup>a</sup>	Reformular as normativas que estabelecem a suspensão, bloqueio e compensação de débitos para que não haja a interrupção dos repasses dos recursos e na oferta dos serviços socioassistenciais aos usuários.	57 votos
4 <sup>a</sup>	Revogar a emenda constitucional 95/2016 do congelamento dos gastos públicos e a manutenção dos fundos públicos.	57 votos

### Eixo III – Propostas Aprovadas na Plenária Final

#### Propostas para o Estado:

ORDEM	PROPOSTA	VOTOS
1 <sup>a</sup>	Criar núcleos territoriais para apoiar e capacitar de maneira continuada os conselhos municipais de assistência social, contribuindo para uma atuação mais afetiva.	29 votos
2 <sup>a</sup>	Efetivar a execução da proposta das conferências, espaço legítimo de participação e deliberação da política da Assistência Social encaminhando as deliberações para o CEAS.	29 votos
3 <sup>a</sup>	Promover reuniões descentralizadas e visitas técnicas do CEAS aos municípios.	29 votos
4 <sup>a</sup>	Mudar a Lei de composição do CEAS, garantindo a proporcionalidade de 25% para cada seguimento do conselho, com processo democrático da eleição entre poder público e sociedade civil.	29 votos

#### Propostas para a União:

ORDEM	PROPOSTA	VOTOS
1 <sup>a</sup>	Capacitação continuada para os conselheiros.	27 votos
2 <sup>a</sup>	Assegurar a efetivação da realização das conferências.	23 votos
3 <sup>a</sup>	Promover Interação/Articulação entre os conselhos.	20 votos 3 abstenções
4 <sup>a</sup>	Modificar a paridade dos Conselhos de Assistência Social, sendo 50% para os para os usuários do SUAS e 25% da sociedade civil, e promover encontros anuais de conselheiros realizando apoio técnico FNAS e CNAS.	20 votos

Após aprovação das propostas, foi realizada a leitura de 04 (quatro), moções. Destaque para 01 (uma) Moção de Repúdio, elaborada por representantes do segmento de trabalhadores, sobre a Emenda Constitucional 95, que congela por 20 (vinte) anos os investimentos nas políticas sociais. Apenas 01 (uma) foi aprovação, pois as demais não apresentaram o percentual mínimo de assinaturas validadas pela plenária que é de 25%.

Após a aprovação das moções, Aline Araújo, convida as/os conselheiras/os do CEAS, a equipe da SJDHDS e da comissão organizadora da XII Conferência Estadual de Assistência Social, para compor a mesa de agradecimentos.

Os presentes agradeceram a participação e o compromisso dos/as delegados/as, convidados, dos/as trabalhadores/as e usuários/as que se empenharam para garantir o sucesso que foi a Conferência. Houve manifestação da plenária, diversos delegados/as elogiaram a

atuação da equipe da SAS e do CEAS, pela condução na Conferência e pelo compromisso com o SUAS no Estado da Bahia.

O CEAS declarou encerrada a Conferência às 19h30min e agradeceu a participação de todos/as.

Salvador, 13 de novembro de 2019.

<b>Equipe de Relatoria 2019</b>			
<b>Função</b>	<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Eixo</b>
Coordenador	Fábio de Jesus Santos dos Santos	Assistente Social	-
Relator	Maria das Dores Batista Freitas	Assistente Social	1
Digitador	Rafaelle Miranda Silva	Assistente Social	1
Relator	José Marcelo da Silva Carvalho	Assistente Social	2
Digitador	André Luiz Caldas dos Santos	Assistente Social	2
Relator	Danilo Pedra Dias	Assistente Social	3
Digitador	Maria Nicássia de Oliveira Amorim	Pedagoga	3